

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA**

Reunião solicitada por:	Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva	Tipo de reunião:	Ordinária
Condução:	Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva	Redator da Ata:	Nadia Rocha
Conselheiros:	Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva – Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Membro Titular) Thainná Magalhães de Alencar – Representante da Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará (Membro Suplente) Adriana Franco Borges Gouveia – Representante da Procuradoria Geral do Estado do Pará (Membro Titular) Ivan Silveira da Costa – Representante do Ministério Público de Estado do Pará (Membro Titular) Maria José Santa Maria Moraes – Representante do Sindicato dos Delegados de Polícia do Pará (Membro Titular) José Haelton Souza da Costa – Representante dos Servidores Ativos Militares (Membro Titular) Reinaldo de Oliveira Martins – Representante dos Servidores Ativos Cíveis (Membro Titular) Hamilton Ramos Correa – Representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Pará (Membro Titular)		
Assunto:	Abertura		
Observada a existência de quórum, foi declarada aberta a primeira Reunião Ordinária por Videoconferência do Conselho Estadual de Previdência.			
Pauta:	Relatório de Resultados da Gestão do IGEPREV 2017-2020	Relator:	Giussepp Mendes
O Presidente do IGEPREV iniciou a reunião apresentando os Relatórios de Resultados da Gestão do IGEPREV no período de 2017-2020. Salientou que os Relatórios têm como finalidade informar sobre a produção de cada setor do IGEPREV no decorrer do biênio de 2019 e 2020, fazendo um comparativo com o biênio anterior que compreende os anos de 2017 e 2018. Informou que os resultados apresentados são frutos do comprometimento de todos os colaboradores do Instituto, que abraçaram com competência e vontade os desafios impostos na prestação dos serviços previdenciários, diante de uma realidade alterada pela pandemia do novo coronavírus. O Presidente do IGEPREV ressaltou que o Instituto teve avanços importantes, como o aumento do número de análises de processos devido à otimização do serviço, assim como na concessão de benefícios. Ponderou que outro avanço foi a liquidação do passivo de certidões por tempo de contribuição, evitando o desgaste dos segurados do RPPS, que muitas vezes precisavam judicializar seus processos. Informou também que houve aumento na arrecadação com a compensação previdenciária. Esclareceu que a realização do censo previdenciário é uma das grandes ações planejadas e executadas. Informou que o Censo teve seu início em novembro de 2020, e que já foram atualizados os dados cadastrais de oito mil segurados até janeiro deste ano. O Presidente destacou que até maio do corrente ano, cerca de quarenta mil recadastramentos deverão ser efetuados. O Presidente do IGEPREV ressaltou que os números positivos refletem o compromisso de sua gestão em prestar um serviço eficiente, de qualidade e ágil no atendimento das demandas dos segurados, assim como o empenho de todos os colaboradores em cumprir as metas estabelecidas. Salientou que avanços são possíveis para o exercício de 2021, e que as metas já foram estabelecidas. Ponderou que, embora o cenário ainda seja de cautela, diante da pandemia da covid-19, o plano de interiorização dos serviços previdenciários será efetivado, possibilitando o acesso facilitado de centenas de beneficiários, os quais precisam se deslocar até Belém ou para as outras duas cidades polos que contam com unidades do IGEPREV. O Presidente do IGEPREV finalizou sua participação informando que todos os Relatórios serão entregues a cada membro do Colegiado, para que possam avaliar os números e apresentar quaisquer dúvidas ou manifestação no prazo de 30 dias após o recebimento dos Relatórios.			
Deliberação:	Os Conselheiros parabenizaram o Presidente do IGEPREV pela prestação de contas com o Colegiado, elogiando os avanços da equipe de gestão e o compromisso com a melhora do atendimento das demandas dos segurados do RPPS.		
Pauta:	Relatório Anual de Investimentos 2020	Relator:	Henrique Mascarenhas
O Presidente do IGEPREV informou que o Analista de Investimentos Henrique Mascarenhas, fará a apresentação do Relatório Anual de Investimentos do IGEPREV, referente ao exercício de 2020. O Analista iniciou informando que a carteira de investimentos do IGEPREV Pará é composta por 54 ativos distribuídos entre 12 gestores, além das operações compromissadas (LFT) executadas pelo banco do Estado – Banpará, que estão vinculados ao seu respectivo plano, quais sejam: Fundo Previdenciário (FUNPREV) e Fundo Financeiro (FINANPREV), apresentando a composição das carteiras do FUNPREV e FINANPREV de renda fixa e renda variável e, ainda, todas as aplicações e resgates realizados no decorrer do exercício de 2020. O Analista informou que os recursos oriundos da taxa de administração são utilizados na manutenção dos serviços e pagamento de pessoal da Autarquia sendo recursos utilizados do FUNPREV e que, para custear as despesas administrativas em 2020, foram utilizadas as receitas arrecadadas do FUNPREV diretamente pelo setor de Arrecadação. O Analista apresentou ainda a tabela de transferência dos rendimentos do FUNPREV para o FINANPREV, conforme estabelecido pelas Leis Complementares nº 115/2017 e 125/2019. O Analista explicou que a Lei Complementar nº 125/2019 instituiu que o Estado do Pará utilizará o montante das reservas capitalizadas do FINANPREV para o pagamento imediato de benefícios previdenciários do Poder Executivo do respectivo Fundo. Informou que até dezembro de 2020 foi utilizado todo o recurso disponível para o poder Executivo no total de R\$ 942.855.464,01 (novecentos e quarenta e dois milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e um centavo), o qual foi resgatado da carteira FINANPREV, apresentando a tabela que mostra os valores repassados mensalmente para atendimento da Lei. O Analista informou que a folha de pagamento de benefícios de fevereiro não utilizou o recurso das reservas do FINANPREV, tendo o déficit coberto através do aporte repassado pelo tesouro estadual. No que tange a cobertura do déficit das folhas de março e abril, o Analista informou que foi utilizado o recurso proveniente de cessão onerosa (Lei Federal nº 13.885/2019). O Analista destacou que em novembro não houve resgate dos recursos, pois o montante do Poder Executivo aplicado em fundos da Carteira FINANPREV apresentou desempenho abaixo da meta atuarial. O Analista informou que o Patrimônio Líquido do FUNPREV não sofreu evolução significativa, pois com a aprovação da Lei Complementar nº 112/2016 e nº 115/2017, houve uma redução na receita arrecadada do FUNPREV, devido à nova segregação de massa dos servidores, onde a receita de rendimento do FUNPREV auferida no mês é repassada para o FINANPREV. Quanto ao FINANPREV, o Analista informou que, com a aprovação e vigor da Lei Complementar nº 125/2019, os recursos capitalizados no fundo foram utilizados para pagamento das folhas de inativos e pensionistas do poder executivo do FINANPREV, fato que ocasionou o decréscimo do Patrimônio Líquido do fundo, fechando o ano em R\$170.026.828,17. O Analista apresentou também a distribuição dos recursos das Carteiras FUNPREV e FINANPREV, a qual foi feita de acordo com o estabelecido na Política de Investimento de 2020, a qual estabelece que a concentração de recurso deva ser no máximo 30% do PL do IGEPREV por Instituição Financeira. Quanto à Meta Atuarial, o Analista informou que, de acordo com a Política de Investimento 2020, a meta atuarial a ser alcançada pela carteira FUNPREV era de 3% mais IPCA ao ano. Salientou que o desempenho da carteira FUNPREV no ano apresentou um retorno de 5,10% para uma meta de 7,65%, impactando no não cumprimento da meta atuarial. Explicou que o não cumprimento deve-se aos fatores explicativos de baixo retorno da renda fixa, a reduzida alocação em ativos de risco e o alto índice de inflação, que fechou o ano em 4,52%. Informou ainda que o CDI ficou em 2,76%, indicando que posições conservadoras ocasionaram, inclusive, perda de valor real. O Analista ponderou que o desempenho do portfólio de ativos do FUNPREV, permitiu preservar o poder de compra de seus recursos previdenciários, atingindo um retorno acima do patamar inflacionário do ano de 2020. O Analista apresentou ainda o desempenho do FUNPREV de acordo com as fases que o mercado financeiro teve ao longo do ano de 2020. Informou que de Janeiro a Março de 2020 as expectativas de mercado saíram de favoráveis para o cenário de pânico, uma vez que houve muitas perspectivas de acordos comerciais e manutenção de estímulos monetários, com a continuidade das reformas estruturais e taxa de juros estimulativa no Brasil. Contudo, o surgimento do coronavírus na China ascendeu o cenário de pandemia global, sendo instituído o lockdown pela primeira vez, com muitas incertezas sobre a evolução do vírus. O Analista informou que, na ocasião, o FUNPREV atingiu a mínima de -8,89%. O Analista informou que no período de Abril a Julho de 2020 houve a recuperação dos ativos, com elevada volatilidade, onde as políticas fiscais e monetárias sustentaram a liquidez. Além disso, houve a diminuição do contágio em alguns países, ocasionando a recuperação da mobilidade social e da atividade econômica, com recuperação intensa do valor dos ativos financeiros. O Analista destacou que nesse período o FUNPREV atingiu +8,14%. O Analista informou que de Agosto a Outubro de 2020, o mercado foi atingido por muitas incertezas com o rumo fiscal no Brasil, a acomodação dos ativos de tecnologia e os riscos pré-eleições municipais no Brasil e Presidenciais nos EUA. O Analista informou que, na ocasião, o FUNPREV ficou próximo à neutralidade, atingindo -2,14/5. No que tange o período de Novembro a Dezembro de 2020, o Analista informou que a expectativa de normalização da vida social e econômica, a confirmação da eleição de Biden nos EUA, a divulgação da eficácia das vacinas e o avanço dos planos de vacinação acenaram positivamente para o mercado, onde o FUNPREV atingiu +4,76%. O Analista finalizou sua apresentação com as perspectivas positivas e negativas para o ano de 2021, destacando expectativa de normalização da vida, com a vacinação em massa, como positiva e a possível segunda onda de contágio como negativa, uma vez que trará novos riscos à retomada econômica.			
Deliberação:	Os Conselheiros deliberaram pela aprovação do Relatório Anual de Investimentos referente ao exercício de 2020, parabenizando a equipe do Núcleo Gestor de Investimentos do IGEPREV pela responsabilidade com a administração dos recursos do FUNPREV e FINANPREV em um tão ano atípico para o mercado financeiro. Elogiaram também a forma como as movimentações financeiras foram conduzidas, obedecendo todos os ditames da Política de Investimentos de 2020.		
Pauta:	Censo Previdenciário	Relator:	Giussepp Mendes
O Presidente do IGEPREV informou ao Colegiado que a realização do Censo Previdenciário tem sido uma das grandes ações executadas pelo Instituto desde novembro de 2020. Ressaltou que a ação está sendo realizada em meio ao cenário mundial da pandemia de Covid-19, devido à necessidade da atualização cadastral dos segurados do RPPS, uma vez que o último Censo realizado pelo IGEPREV deu-se em 2012. Contudo, o Presidente do IGEPREV ponderou que, com a alteração do bandeiramento da Região Metropolitana de Belém, anunciado pelo Governo do Estado do Pará na data de 28 de janeiro de 2021, estabelecendo medidas restritivas de enfrentamento a Covid-19, não acha prudente que o atendimento do Censo Previdenciário prossiga diante de tal situação. Esclareceu que o público atendido pelo IGEPREV é majoritariamente do grupo de risco, e, mesmo que o Instituto mantenha todas as medidas de segurança necessárias, não gostaria de expor os segurados ao risco de contaminação. O Presidente do IGEPREV solicitou a opinião do Colegiado para deliberar pela suspensão do Censo Previdenciário por um período de 30 (trinta) dias, a contar de 01 de fevereiro de 2021. Os Conselheiros se manifestaram favoravelmente à suspensão do Censo Previdenciário por 30 (trinta) dias, visando garantir a segurança dos segurados do IGEPREV.			
Deliberação:	Os Conselheiros deliberaram pela suspensão do Censo Previdenciário por um período de 30 (trinta) dias, a contar de 01 de fevereiro de 2021, devendo tal medida ser amplamente divulgada pelo IGEPREV em suas redes sociais e site institucional, e elogiaram a sensibilidade e preocupação do Presidente do IGEPREV com a segurança dos segurados do RPPS.		